



**PARECER JURÍDICO – ASJUR/SUPRAM ASF**

Processo n.º 13010001521-09  
Requerente: **Ana Bárbara Alves**  
Empreendimento: **Fazenda Cavacado**  
Município/Distrito: Divinópolis/MG  
Núcleo Operacional: **Oliveira/MG**

Trata-se de um requerimento para supressão **de área em 02,8592 ha de vegetação nativa com destoca**, no local denominado Fazenda Cavacado em Divinópolis/MG, para fins de divisão em sítios menores em função de herança e a abertura de estrada interna de acesso para os imóveis dentro da área requerida. Sendo ainda que a área será utilizada para plantios de subsistência e formação de pastagem. Foi requerido ainda a demarcação da reserva legal no importe de 1,56ha.

As atividades do empreendimento foram classificadas como não passível de licenciamento ou de AAF, conforme FOBI de fls. 07.

Sendo assim, compete a esta COPA o julgamento da regularização da supressão, nos termos da Resolução n. 1804/2013:

*Art . 12 - Compete à Comissão Paritária - COPA do Copam autorizar as seguintes intervenções ambientais, quando não integradas ao processo de licenciamento ambiental:*

*I - supressão de cobertura vegetal nativa com destoca ou sem destoca para uso alternativo do solo;*

O processo foi instruído com toda documentação necessária.

Importante salientar que o imóvel supra mencionado está matriculado sob o n.º 88657 no CRI da Comarca de Divinópolis/MG e possui área total de 7,80 ha.

A reserva legal foi demarcada no importe não inferior a 20%, ou seja, em 1,56 há, e encontra-se averbada as margens da matrícula n. 88657, conforme fls. 79



**A propriedade, segundo parecer técnico está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado.**

Denota-se do parecer técnico apresentado, a possibilidade do deferimento do pedido, qual seja, 2,8592 ha para supressão de cobertura vegetal nativa.

Foi estimado um volume total de 85,776 m<sup>3</sup> de rendimento lenhoso.

**Esclarece-se que não haverá intervenção em APP.**

Fica estabelecida como medidas mitigadoras, a preservação das espécies protegidas por lei vistas ou não em vistoria, como as árvores frutíferas.

Do ponto de vista legal nada obsta a supressão na forma do relato do técnico, em relação aos aspectos ambientais, ar, solo, água, flora e fauna, não ferindo, portanto o disposto no caput e no § 1.º do artigo 39 da Lei 14.309/2002. Senão vejamos:

*Art. 39 - Não é permitida a conversão de floresta ou outra forma de vegetação nativa para o uso alternativo do solo na propriedade rural que possui área desmatada quando for verificado que a referida área se encontra abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo a vocação e capacidade de suporte do solo.*

*§ 1º - Entende-se por área abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada aquela que não seja efetivamente utilizada, nos termos do § 3º do artigo 6º da Lei Federal nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ou que não atenda aos índices previstos no artigo 6º da referida lei, ressalvadas as áreas de pousio na pequena propriedade, na pequena posse rural ou de população tradicional*

No presente caso não foi constatada qualquer área abandonada, destarte a área ora requerida é passível de supressão, inclusive com realização de destoca, para implantação

Ante todo exposto, e de acordo com a legislação vigente, é passível a autorização da supressão na forma sugerida pelo técnico, com rendimento lenhoso de



85,776 m<sup>3</sup>, devendo ser dada destinação correta ao produto florestal, de acordo com o art. 43 da Lei estadual 14309/2002, senão vejamos:

***Art. 43 - Será dado aproveitamento socioeconômico a todo produto florestal cortado, colhido ou extraído, bem como a seus resíduos.***

Caso seja aprovada a supressão nos moldes do Parecer Técnico e Jurídico, deverá o requerente firmar Termo de Compromisso junto ao órgão ambiental com fim de cumprimento das medidas mitigadoras contempladas neste parecer, devendo também proceder ao pagamento dos emolumentos, referente ao presente processo, requisito para expedição do DAIA.

Ressalta-se que o prazo de validade do DAIA será de 02 anos.

É o parecer, smj.

Divinópolis, 8 de julho de 2013.

Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia  
Analista Ambiental SUPRAM/ASF  
MASP 1..316.073-4  
OAB/MG. 140.692